

RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.120 - SP (2019/0173415-2)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : MARIANA VITORIA DE SOUSA (MENOR)
REPR. POR : ROGERIA CRISTINA DE ANDRADE DE SOUSA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-RECLUSÃO. TESE RELATIVA À POSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO ECONÔMICO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO RELATIVO À BAIXA RENDA. ENTENDIMENTO DA CORTE DE ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região, assim ementado (fl. 198):

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. AUXÍLIO -RECLUSÃO. REDISSCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA.

1. O artigo 557 do Código de Processo Civil consagra a possibilidade de o recurso ser julgado pelo respectivo Relator.
2. Segundo entendimento firmado nesta Corte, a decisão do Relator não deve ser alterada quando fundamentada e nela não se vislumbrar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em dano irreparável ou de difícil reparação para a parte.
3. A decisão agravada abordou todas as questões suscitadas e orientou-se pelo entendimento jurisprudencial dominante. Pretende o agravante, nesta sede, rediscutir argumentos já enfrentados pela decisão recorrida.
4. Agravo desprovido. Decisão mantida.

Nas razões de sua irresignação, a recorrente sustenta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 80 da Lei 8213/1991 e 116 do Decreto 3048/1999, sob os seguintes argumentos: (a) "será inegável a baixa renda do segurado, pois, estando desempregado, nada auferir. Dessa forma, incabível concluir pelo não preenchimento do requisito do limite de renda e, portanto, notório o direito ao benefício do auxílio-reclusão dos seus dependentes" (fl. 207); e (b) "a jurisprudência tem permitido a flexibilização do requisito, deixando para o magistrado a análise do caso concreto, mesmo que o último salário de contribuição ultrapasse o limite legalmente estabelecido, verificando se a vulnerabilidade dos dependentes enseja a concessão do benefício, em respeito à sua

Superior Tribunal de Justiça

finalidade de proteção social" (fl. 214).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 253-255.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

No que diz respeito à tese recursal que sustenta a possibilidade de flexibilização do critério econômico definidor da condição de segurado de baixa renda, para fins de concessão de auxílio reclusão, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Frise-se, por oportuno, que a referida questão somente fora levantada em sede de recurso especial, que por si só, denota a ausência de prequestionamento.

No mais, verifica-se que a insurgência também não merece prosperar.

Isso porque a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou a seguinte compreensão (fls. 194-196, grifos acrescidos):

[...]

A decisão agravada abordou todas as questões suscitadas e orientou-se pelo entendimento jurisprudencial dominante. Pretende o agravante, nesta sede, rediscutir argumentos já enfrentados pela decisão recorrida.

Reitero, por oportuno, alguns dos fundamentos expostos quando de sua prolação:

"(..) À obtenção do auxílio -reclusão, portanto, são necessários os seguintes requisitos: condição de dependente; recolhimento do segurado a estabelecimento prisional; qualidade de segurado do recolhido à prisão; renda bruta mensal não excedente ao limite. Segundo o artigo 26, 1, da Lei n. 8.213/91, a concessão desse benefício independe do cumprimento do período de carência.

No caso vertente, a certidão de recolhimento prisional demonstra o encarceramento em 20/8/2012.

Com relação à qualidade de segurado, oriunda da filiação da pessoa à Previdência, na forma dos artigos 11 e 13 da Lei n. 8.213/91, verifica-se (sistema CNIS/DATAPREV) que o último vínculo empregatício do encarcerado se estendeu até a data da prisão. Manteve, portanto, a qualidade de segurado por pelo menos 12 (doze) meses, nos termos do artigo 15, 11, da Lei n. 8.213/91.

Quanto à condição de dependente do segurado, fixa o artigo 16 da Lei n.

8.213/91, com a redação da Lei n. 12.470/20.11 (g. n.):

"Art. 16 - São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

1- o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim

Superior Tribunal de Justiça

declarado judicialmente;

II- os pais;

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada."

Na hipótese, pela cópia da certidão de nascimento anexa aos autos, a autora comprova a condição de filha do encarcerado e, em decorrência, a sua dependência (presunção legal).

Todavia, o requisito renda bruta mensal inferior ao limite estabelecido não restou preenchido.

Ainda que o segurado, à época da prisão, estivesse desempregado, essa condição, contudo, não afastaria a lei quanto ao limite a que estão submetidos todos os possíveis beneficiados do auxílio-reclusão.

De igual modo, a inexistência de renda na data do efetivo recolhimento à prisão não subtrai a aplicação da lei, pois o último salário -de - contribuição do segurado será o critério para verificação de ser ou não de baixa renda.

Nesse sentido, há precedentes desta Nona Turma, cuja ementa transcrevo:

"AGRAVO. ART. 557 DO CPC. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO - RECLUSÃO. SEGURADO DESEMPREGADO. FIXAÇÃO DO PARÂMETRO DE BAIXA RENDA. UTILIZAÇÃO DO ÚLTIMO SALÁRIO INTEGRAL DE CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO, CONSIDERADO O LIMITE EM VIGOR À ÉPOCA DE SEU PAGAMENTO. I- Em sede de agravo previsto no art. 557 do CPC controvérsia limita-se ao exame da ocorrência, ou não, de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, a gerar dano irreparável ou de difícil reparação para a parte, vícios inexistentes na decisão agravada. II - O art. 116, § 1º, do Decreto 3.048/99, não tem a extensão que lhe pretende conceder o MPF, uma vez que apenas menciona a concessão do auxílio - reclusão, mesmo na hipótese de desemprego do recluso, não se reportando à não observância do critério de baixa renda (considerando- se, portanto, o último salário. de contribuição do recluso). III - Não se justifica a utilização de remuneração parcial para se *rir a viabilidade ou não da concessão de um benefício. IV - Razões recta -saís que não contrapõem tal fundamento a po nto de demonstrar o desacerto do decisum, limitando-se a reproduzir argumento visando a rediscussão da matéria nele decidida. V - Agravos improvidos." (TRF/3ª Região, AC n. 1341039, Proc. n. 200761190092484, rel. Marisa Santos, DJF3 24/8/2011, p. 956)

Firmadas essas premissas, tem-se que, em época contemporânea à prisão, o segurado laborou para GR S/A, no período de 12/4/2012 a 1/8/2012, e para Urbanizadora Municipal SA Urbam, no período de 24/7/2012 a 6/9/2012.

Em ambas as empresas a última remuneração infirmada (1: 31/32) é superior ao limite vigente na data da cessação dessas contribuições (R\$ 915,05 - MPS n. 02, de 6/1/2012):

Considerem-se as remunerações referentes 'ao mês de agosto, no valor de R\$ 1.103,69, 'empresa Urbanizadora Municipal SA Urbam e, no valor de R\$ 1.195,49, empresa GR SA.

Ressalta-se: com relação à empresa GR SA, ainda que não

Superior Tribunal de Justiça

se considere o salário do mês de agosto de 2012 por indicar remuneração de verbas rescisórias, o valor recebido em período antecedente (Julho de 2012 - R\$ 1.082, 70) também se mostra superior ao limite mínimo legal.

Dessa forma, não estão presentes; simultaneamente, todos os requisitos necessários à concessão do auxílio -reclusão.

(...)"

Registre-se, que embora tenha alterado meu entendimento quanto ao recluso desempregado para acompanhar orientação sedimentada no E. STJ, que estabelece a ausência de renda para estes. **A hipótese dos autos difere, pois o recluso possuía vínculo empregatício registrado em CTPS ao tempo da prisão.**

O C. STF elegeu como critério para concessão do benefício a renda do segurado (art. 13 da Emenda Constitucional n. 20/98).

O fato é que não houve, com a edição do art. 13 da Emenda Constitucional n.º. 20/98, qualquer afronta ao disposto no art. 60, § 4º, IV, da Constituição Federal.

Em relação ao princípio da isonomia, plasmado no art. 5º, caput, da Constituição Federal, pode-se afirmar que não houve violação, porquanto o critério do limite do valor da renda mensal percebida é legítimo, para a aferição de direitos perante a Previdência Social.

Somente seria inconstitucional o critério do art. 13 da EC 20/98 se o valor limite fosse inferior ao salário mínimo, tido como o mínimo vital para fins de sustento, à luz do art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Nesse diapasão, o art. 116 do Decreto n.º 3.048/99 igualmente não poderá ser considerado ilegal ou inconstitucional, já que baseado na própria Emenda Constitucional n.º. 20/98.

Por outro foco, não se pode perder de vista que o sistema é realmente contributivo, à luz do art. 201, caput, da Constituição Federal.

Uma vez sendo contributivo, todos os critérios estabelecidos para concessão do benefício devem ser observados com rigor, sob pena de se gerar um colapso real no sistema.

Dessa forma, à vista da renda bruta mensal do segurado suplantando o limite estabelecido, - que não pode ser desconsiderado-, indevido é o benefício.

Nesse aspecto, a decisão agravada está suficientemente fundamentada e atende ao princípio do livre convencimento do Juiz, sem padecer de vício formal que justifique sua reforma.

[...]

Assim, revisar a conclusão a que chegou o Tribunal *a quo* sobre a questão, na forma como pretende a insurgente, demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ.

Nessa linha, confirmam-se (grifos nossos):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO RECLUSÃO. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. QUALIDADE DE SEGURADO COMPROVADA. REVISÃO IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RAZÕES RECURSAIS DESASSOCIADAS QUE NÃO ATACAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

1. A matéria controvertida veiculada no apelo nobre limitou-se às questões pertinentes à qualidade de segurado do recluso e da comprovação da situação de desemprego do mesmo à época da reclusão, não guardando

relação com a questão específica tratada no Resp 1.485.416/SP, julgado pelo rito dos recursos repetitivos.

2. Acórdão recorrido que, para decidir a questão, baseou-se nos seguintes fundamentos: (i) o "...registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social", constante da redação do art. 15, §2º, da Lei n. 8.213/91, constitui prova absoluta da situação de desemprego, o que não impede que tal fato seja comprovado por outros meios de prova; e (ii) reconhecida a qualidade de segurado do detento e preenchidos os demais requisitos estatuídos pela legislação que rege a matéria, é de rigor a concessão do benefício de auxílio reclusão. **Inverter a conclusão a que chegou a corte de origem exige o revolvimento fático e probatório colacionado aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial.**

3. Razões do recurso especial desassociadas dos fundamentos da decisão agravada e sem impugnação específica em seus argumentos atrai a aplicação das Súmulas 283 e 284 do STF. 4. Agravo interno não conhecido. (AgInt no REsp 1.669.916/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 17/4/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. BAIXA RENDA FAMILIAR NÃO COMPROVADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou (fl. 137, e-STJ): "No caso, como bem asseverou o representante do Ministério Público, não há qualquer documento nos autos que comprove a baixa renda da família. Sequer foram trazidos aos autos os holerites do policial militar recolhido à prisão".

2. Os insurgentes restringem-se a alegar genericamente ofensa ao art. 80 da Lei 8.213/1991 sem, contudo, demonstrar de forma clara e fundamentada como o aresto recorrido teria violado a legislação federal apontada. Incide na espécie, por analogia, o princípio estabelecido na Súmula 284/STF.

3. Além disso, não se pode conhecer da irrisignação contra a ofensa ao mencionado dispositivo legal, uma vez que não foi analisado pela instância de origem. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF.

4. **Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.**

5. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.702.214/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2017)

Ainda nesse sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.645.328/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 14/11/2017; REsp 1.588.245/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 26/4/2019.

Anote-se, por fim, que, segundo entendimento desta Corte, a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma,

Superior Tribunal de Justiça

DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator

